



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Melhorar o mecanismo de fiscalização da Direcção dos Serviços de Finanças, para reprimir as falsas declarações fiscais para a obtenção quer de apoio económico quer de quotas de trabalhadores não residentes (TNR)

Para atenuar as dificuldades da população durante a epidemia, o Governo lançou o “Plano de apoio pecuniário aos trabalhadores, aos profissionais liberais e aos operadores de estabelecimentos comerciais” e outras medidas de benefício fiscal, em prol do bem-estar da população. A Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), enquanto entidade responsável pela execução e fiscalização, enfrenta, de facto, uma certa pressão no que respeita à atribuição das respectivas verbas em prazos de tempo curtos, e além disso, registaram-se casos de burla no âmbito do plano de apoio económico. Recentemente, a Polícia Judiciária (PJ) descobriu um caso de burla, em que o suspeito criou várias empresas fictícias e conseguiu obter, nos últimos três anos, através de meios fraudulentos, cerca de 3 milhões de apoio económico concedido pelo Governo devido à epidemia, e parte dessas verbas foram levantadas com sucesso, causando graves prejuízos ao erário público.

Segundo as investigações, o suspeito utilizou a mesma morada para registar mais de 100 empresas, e, com vista à prática de burla, prestou falsas declarações fiscais na Direcção dos Serviços de Finanças (DSF). Muitos residentes entendem que, em situações manifestamente irrazoáveis, o Governo deve dispor de mecanismos para descobrir, atempadamente, os problemas, e estão preocupados com a possibilidade de recuperação do erário público. O referido caso será apenas a ponta do icebergue?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Quantos casos semelhantes ainda não foram descobertos?

Além disso, alguns residentes queixaram-se de ter sido vítimas de falsas declarações fiscais prestadas por empresas desconhecidas ou por ex-empregadores, suspeitando-se que as mesmas se destinavam à obtenção de quotas de trabalhadores não residentes (TNR). A polícia descobriu ainda que, nalguns casos, as quotas nem foram utilizadas, e que as empresas, depois de prestarem falsas declarações e de obterem as quotas de TNR, revendem-nas para obter lucro. São frequentes estes casos de burla para obtenção de apoio financeiro e de quotas de TNR, por isso, o Governo deve acompanhá-los de forma séria, e melhorar, continuamente, os respectivos mecanismos e funções de fiscalização, para reprimir os casos de burla envolvendo o erário público e outros actos ilegais através da prestação de falsas declarações fiscais.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. A Polícia Judiciária (PJ) descobriu um caso de um indivíduo que utilizou a mesma morada para registar um grande número de empresas e prestar falsas declarações fiscais, o que demonstra a existência de lacunas nos procedimentos de apreciação e de fiscalização. Há dias, a Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) divulgou uma nota de imprensa, afirmando que já tinha sido dado início ao acompanhamento e à investigação dos casos, quer em relação ao empresário que usou a mesma morada para o registo de várias empresas, quer em relação ao que recebeu o limite máximo de apoio financeiro, e, além disso, realizaram-se, nos últimos dois anos, mais de 10 mil inspecções locais. Para além do acompanhamento dos referidos casos de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

burla e da realização de inspeções locais, o Governo deve melhorar o mecanismo de atribuição e de fiscalização das verbas. Quais foram os melhoramentos efectuados? O Governo deve recuperar, de forma eficaz, as verbas indevidamente recebidas e até as que foram objecto de burla, em prol do melhor aproveitamento do erário público. Como é que vai fazer isto?

2. A Polícia descobriu casos em que os empregadores, através da prestação de falsas declarações e da falsa contratação de trabalhadores locais, conseguiram quotas de TNR, e até as revenderam para obter lucro, e muitos até envolveram falsas declarações fiscais à Direcção dos Serviços de Finanças (DSF). O Governo já melhorou os procedimentos de declaração de impostos, mas casos semelhantes aos referidos continuam a ser frequentes, por isso, o Governo deve reforçar ainda mais o mecanismo de fiscalização. Vai fazê-lo? O Governo deve aplicar medidas para descobrir e reprimir, de forma eficaz, actos semelhantes aos actos de burla e de engano nas quotas de TNR. De que medidas dispõe para o efeito?
3. Nas Linhas de Acção Governativa (LAG), refere-se que o Governo vai promover, activamente, o governo electrónico. No entanto, a Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), que exerce funções fiscais, tem um volume de trabalho bastante elevado, e deve aproveitar a oportunidade e a experiência da Conta única de acesso comum 2.0 para implementar, de forma plena, a electrónica de mais serviços de declaração e de pagamento de impostos, a fim de facilitar a declaração quer aos residentes quer às pequenas empresas. Como é que vai fazer isto? Actualmente, os trabalhos internos dos serviços



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

públicos, na sua maioria, continuam a ser realizados em papel, o que aumenta o volume de trabalho, afecta a fiscalização efectiva e dificulta a elevação da qualidade dos serviços. O Governo deve então esforçar-se na concretização dos trabalhos de electrónica internamente, para elevar a sua eficácia. Como é que vai fazer isto?

30 de Dezembro de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Cheng I**